

ACÇÃO URGENTE

DEFENSORA DOS DIREITOS HUMANOS ALVO DE AMEAÇAS ON-LINE

A defensora dos direitos humanos Fátima Mimbire tem vindo a receber mensagens intimidatórias anónimas nas redes sociais desde o dia 18 de Janeiro. Estas ameaças começaram depois de ela assumir um papel activo na campanha do Centro de Integridade Pública (CIP) contra o plano do governo moçambicano de pagar empréstimos ilegais contraídos secretamente. Tem-se também registado uma campanha de difamação contra Fátima nas redes sociais, numa tentativa de a intimidar ainda mais e de deslegitimar o seu trabalho.

PARTICIPE NESTA ACÇÃO: ENVIE UM APELO ESCRITO, COM SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS OU UTILIZANDO ESTE MODELO DE CARTA

Filipe Jacinto Nyusi
Presidente da República de Moçambique
Avenida Julius Nyerere, PABX 2000
Maputo – Moçambique
Facebook: @NyusiConfioemti, Twitter @FNyusi

Excelência,

No dia 18 de Janeiro, a defensora dos direitos humanos Fátima Mimbire começou a receber mensagens intimidatórias e ameaças de morte nas redes sociais. Os ataques tiveram início no mesmo dia em que o Centro de Integridade Pública (CIP) lançou uma campanha a denunciar uma iniciativa do governo moçambicano de pagar empréstimos que tinha contraído secretamente para estabelecer três empresas estatais: Proindicus, Ematum (Empresa Moçambicana de Atum) e Mozambique Asset Management. Fátima trabalha no CIP e tem estado activamente envolvida na campanha.

Tem também decorrido uma campanha de difamação em plataformas das redes sociais, tais como o Facebook e o WhatsApp, para lhe retirar legitimidade pessoal e profissional. Um post no Facebook dizia “O CIP está a instigar e a promover a tensão entre o Estado e a sociedade moçambicana. Tratem da Fátima Mimbire.” Outro utilizador do Facebook dizia “Fátima Mimbire devias sentir vergonha da tua atitude. A Sra. é sexualmente usada pelos americanos e os portugueses para ganhar dinheiro e ainda aparece nas redes sociais para desestabilizar o país. Porque não cuidas da tua família que precisa de ti? Devias aproveitar a vida enquanto viveres.”

O CIP distribuiu camisetas ao público com a mensagem “Eu não pago dívidas ocultas.” De 21 a 24 de Janeiro, a Polícia da República de Moçambique (PRM) cercou os escritórios do CIP em Maputo e ordenou às pessoas que despissem as camisetas que a seguir confiscou. Ordenou também ao CIP que parasse de distribuir as camisetas.

A Amnistia Internacional receia que a campanha de intimidação e difamação on-line de Fátima Mimbire se deva apenas ao seu trabalho como mulher defensora dos direitos humanos e ao exercício pacífico do seu direito de liberdade de expressão.

Apelo a V. Ex.^a para que:

- Assegure que as autoridades investiguem imediatamente e com independência e imparcialidade as ameaças e intimidação contra Fátima Mimbire;

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



- *Assegure que Fátima Mimbire e os outros funcionários do CIP recebam uma protecção adequada, de acordo com os seus desejos, para que possam prosseguir o seu trabalho livremente e sem medo de represálias;*
- *Assegure que o direito de liberdade de expressão seja respeitado e protegido em Moçambique.*

Atenciosamente,

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Entre 2013 e 2014, o governo moçambicano obteve empréstimos superiores a dois mil milhões de dólares, sem a aprovação parlamentar, para criar três empresas estatais: Proindicus, Ematum (Empresa Moçambicana de Atum) e Mozambique Asset Management (MAM). Os empréstimos foram concedidos pelo Credit Suisse e um banco de investimento russo. A descoberta destes empréstimos secretos em 2016 levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os doadores internacionais a suspender o apoio financeiro a Moçambique, o que resultou no colapso da sua economia.

O CIP é uma organização da sociedade civil independente que toma uma posição firme contra a corrupção, a falta de responsabilização e de transparência, tanto no sector público como no privado. O CIP tem estado na vanguarda da informação ao público sobre as implicações e o significado destes empréstimos secretos e ilegais. O CIP tem utilizado as redes sociais para apresentar actualizações frequentes sobre o julgamento do Sr. Manuel Chang, o antigo ministro das Finanças moçambicano, que assinou os empréstimos. O CIP traduziu para português a acusação pronunciada pelo tribunal federal do Distrito Leste de Nova Iorque, que responsabiliza vários funcionários públicos por defraudarem os investidores ao negociarem secretamente empréstimos ilegais em nome do Estado moçambicano.

No dia 25 de Janeiro, o Comité Político da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o partido no poder, apelou ao grande público, num comunicado de imprensa, para que se mantenha vigilante e atento a comportamentos que levem ao “incitamento contra a ordem e a tranquilidade públicas”. Este apelo poderá aumentar os riscos para os defensores dos direitos humanos que falam publicamente contra a corrupção.

IDIOMA PREFERIDO PARA O DESTINATÁRIO: Português

Pode também escrever na sua própria língua.

POR FAVOR ENVIE OS APELOS O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL, ATÉ: 12 de Março de 2019.

Por favor verifique junto do escritório da secção da Amnistia Internacional do seu país caso envie os apelos após a data acima indicada.

NOME E PRONOME A UTILIZAR: Fátima Mimbire (Ela)

LINK PARA A ACÇÃO URGENTE ANTERIOR: Nenhum